Recurso nº 341/2006

Recorrentes: Ministério Público (檢察院)

A

B

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

Os arguidos **C, D, A, E, F, G** e **H**, responderam nos autos do Processo Comum Colectivo nº CR1-05-0250-PCC perante o Tribunal Judicial de Base.

Realizada a audiência de julgamento, o Tribunal Colectivo proferiu o Acórdão decidindo que:

a) Absolve o arguido **C** dos 3 crimes de burla p.p pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal e dos 3 crimes de falsificação dos documentos de especial valor, p.p. pelo artigo 245º e 244º nº 1 do Código Penal.

b) Absolve o arguido **D** de um crime de burla p.p pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal e de um crime de falsificação dos documentos de especial valor, p.p. pelo artigo 245º e 244º nº 1 do Código Penal.

c) Absolve o arguido **A** dos 3 crimes de falsificação dos documentos de especial valor, p.p. pelo artigo 245º e 244º nº 1 do Código Penal.

d) Condena os arguidos **E** e **F**, pela prática, em co-autoria e na forma consumada de 3 crimes de burla p.p pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal, cada um, na pena, respectivamente, de 6 anos, 5 anos e 3 anos de prisão, e de 3 crimes de falsificação dos documentos de especial valor, p.p. pelo artigo 245º e 244º nº 1 do Código Penal, cada uma, na pena de, cada um, 3 anos de prisão.

Em cúmulo, condena os mesmos na pena, cada um, de 17 anos de prisão.

e) Condena o arguido **D** pela prática, em cumplicidade e na forma consumada, de 2 crimes de burla p.p pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal, na pena, respectivamente, de 2 anos e 6 meses e 2 anos de prisão, e, em co-autoria e na forma consumada, de 2 crimes de falsificação dos documentos de especial valor, p.p. pelo artigo 245º e 244º nº 1 do Código Penal, na pena de, cada um, 2 anos e 6 meses de prisão.

EM cúmulo condena o mesmo na pena de 5 anos e 6 meses de prisão.

f) Condena o arguido **A** pela prática, em cumplicidade e na forma consumada e 3 crimes de burla p.p pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal, na pena, respectivamente, de 3 anos, 2 anos e 6 meses e 1 ano e 6 meses de prisão, e, em autoria e na forma consumada, de um crime de peculato,

p.p. pelo artigo 340º nº 1 do Código Penal, na pena de 2 anos e 6 meses de prisão.

Em cúmulo, condena o mesmo na pena de 6 anos de prisão.

g) Condena o arguido **G** pela prática, em autoria e na forma consumada de 2 crimes de falsificação dos documentos de especial valor, p.p. pelo artigo 245º e 244º nº 1 do Código Penal, na pena de, cada um, 2 anos de prisão.

Em cúmulo, condena o mesmo na pena de 3 anos de prisão, e suspende-se a execução deste crime por um período de 4 anos, com a condição de pagamento à Região, no prazo de 3 meses, a indemnização de MOP\$6.000,00.

h) Condena o arguido **H** pela prática, em autoria e na forma consumada, de 1 crime de falsificação dos documentos de especial valor, p.p. pelo artigo 245º e 244º nº 1 do Código Penal, na pena de 2 anos de prisão, suspende-se a execução deste crime por um período de 3 anos, com a condição de pagamento à Região, no prazo de 3 meses, a indemnização de MOP\$4.000,00.

i) Condena os arguidos **E**, **F**, **D** e **A**, solidariamente, a pagar à assistente **I** a indemnização no montante de MOP\$11.352.000,00, acrescendo os juros, a taxa legal, desde da data de citação até ao integral pagamento. E improcede-se os restantes pedidos da assistente (contra os 5º, 6º e 7º arguidos).

Quanto ao pedido de indemnização dos restantes ofendidos, o Colectivo remete para à acção cível para o efeito conveniente.

E condenam-se os 1º, 2º, 3º, 4º, 6º e 7º nas custas, taxa de justiça e outras remunerações.

Inconformados com as decisões, recorreram para este Tribunal o Ministério Público, o arguido **A** e o assistente **B**, que alegaram, respectivamente, em síntese, o seguinte:

Recurso do Ministério Público:

1. Tanto a forma da autoria como a forma de cumplicidade são formas de participação criminosa;
2. Segundo as doutrinas dominantes, os critérios de distinção entre essas duas figuras baseiam-se na teoria de domínio de facto e na teoria material-objectivo.
3. Na teoria de domínio de facto, é autor do crime aquele que detém o comando sobre todo o processo criminoso, no sentido de poder levar a cabo a consumação do crime ou fazer o parar voluntariamente.
4. Na teoria material-objectivo, é autor do crime aquele que intervém a título principal, no sentido de existir um necessário nexos de causalidade entre a sua actuação e o resultado;
5. Entretanto, as duas teorias não se excluem mas sim ambas complementam-se mutuamente.
6. No caso dos autos, dada a importância e a essencialidade das contribuições dos arguidos **D** e **A**, especialmente, tendo em conta a posição do arguido **A** que ocupava na

Conservatória do Registo Predial, a sua intervenção no facto é a mais decisiva para a consumação do crime de burla, uma vez todo o plano criminoso da burla não foi inventado por acaso, mas sim com prévio estudo sobre as características dos terrenos que só este arguido tinha acesso e capacidade de análise.

7. Enquanto que o arguido **D** também tinha uma intervenção principal, consistia em montar a sociedade conjuntamente com o arguido **E**, no arranjo das testemunhas e da sua própria intervenção na outorga das procurações falsas.
8. Na verdade, estamos perante uma situação de divisão das tarefas e não prestação de mera colaboração, dado que sem as suas intervenções ficava o plano criminoso sem o suporte material necessário para levar à consumação.
9. As intervenções destes dois arguidos são tão essenciais que sem elas os crimes de burla não se verificariam.
10. Tanto segundo a teoria objectivo-material como a teoria de domínio de facto, deve qualificar as condutas desses dois arguidos como co-autores materiais e não cúmplices.
11. Assim, as normas dos artigos 25º e 26º do C.P.M. foram violados.
12. Razão pela qual há de reformular as penas aplicadas a estas dois arguidos.
13. Considerando as circunstâncias concretas provadas, nomeadamente, o modo de execução de crime, o avultado

prejuízo patrimonial causado aos ofendidos, a intensidade do dolo e alto grau de culpabilidade dos arguidos, o efeito negativo causado à sociedade em geral, uma vez afecta directamente o sistema legal de registo e de propriedade privada, e sem esquecer as concretas divisão das tarefas entre todos, em que os arguidos **A** e **D** não ocupavam um papel tão activo como os dois primeiros arguidos;

14. Assim, entendemos por ajustadas em fixar as três penas parcelares dos crimes de burla, no caso de **A**, nas penas concretas não inferiores a cinco (5) anos, quatro (4) anos e dois (2) anos, para cada um dos crimes de burla, consoante os diferentes prejuízos patrimoniais sofridos pelos ofendidos.
15. E no caso do arguido **D**, os dois crimes de burla devem cada um, fixar a pena parcelar em cinco (5) anos, e quatro (4) anos, respectivamente.
16. E em cúmulo jurídico operado com outro crime de peculato, no caso de **A**, a pena única e global deve situar não menos de nove (9) anos de prisão.
17. Enquanto que a pena única e global do arguido **D**, incluindo nela as penas parcelares dos crimes de falsificação de documentos, não deve situar em menos de oito (8) anos de prisão.

Termos em que deve ser julgado o recurso procedente, alterando o acórdão, na parte que toca aos

arguidos **D** e **A**, em conformidade com as penas concretas acima propostas.

Recurso do arguido A:

1. O douto acórdão é omissivo quanto aos factos alegados na contestação, nulidade que se invoca, sendo que esses factos são importantes para afastar o eventual auxílio material do recorrente aos 1º e 2º arguidos para estes praticarem, em co-autoria material, os crimes de burla;
2. Verifica-se na decisão recorrida o vício de erro notório na apreciação da prova ou da contradição insanável da fundamentação - artº 400º, n.º 2, al. c) e b) do CPP - pelo que deverá, face ao disposto no art. 418º, n.º 1 do CPP, determinar-se o reenvio do processo para novo julgamento;
3. Os 1º e 2º arguidos teriam conseguido lograr os seus intentos, mesmo sem a intervenção do recorrente.
4. É aplicável ao cúmplice a pena prevista para o autor, especialmente atenuada;
5. Nesse contexto, a burla, sob a forma de cumplicidade, passa a ser punida com a pena de prisão de 1 mês a 6 anos e seis meses de prisão;
6. Não ficou provado que o recorrente soubesse dos montantes das burlas levadas a efeito pelos 1º e 2º arguidos, daí que seja mais justo e equilibrado fixar a pena de prisão

de 6 meses para cada um dos três crimes imputados ao recorrente;

7. Na opinião do recorrente não há nos autos matéria suficiente para subsumir a sua conduta ao tipo de ilícito do art. 340º do CPM (peculato);
8. O recorrente limitou-se a anotar uns dados e a tirar certidões dos documentos arquivados;
9. Não se sabendo o valor dos objectos, o princípio *o dúbio pro reo* exige que seja um valor diminuto;
10. Assim a pena do crime de peculato, a proceder, vai de 1 mês a 3 anos de prisão ou multa de 10 a 360 dias;
11. No caso concreto deverá optar-se pela pena de multa ou caso assim não se entenda pela pena de prisão de 3 meses.
12. Feito o cúmulo jurídico deverá ser fixada uma pena única não superior a 8 meses de prisão, a qual deverá ser suspensa na sua execução, verificados os requisitos do art. 48º do C.P.M.;
13. Consideram-se violadas, entre outras, as seguintes normas jurídicas: arts. 26.º, nº 1 e 2º; 45.º, 48.º, nº 1; 67.º, nº 1, al. a) e b); 211.º e 340.º, nº 1 e 2 do CPM, e arts. 355.º; 356.º e 400º, nº 2, al. c) e b) do CPPM.
14. A interpretação e aplicação das normas atrás mencionadas deveriam ter sido de acordo com as conclusões de 1 a 12.

Pede anular o julgamento e conseqüentemente o douto acórdão recorrido, ou, levando em consideração as

motivações de recurso, absolver-se o recorrente **A** ou decidir-se em conformidade com as conclusões.

Recurso do assistente B:

1. O recorrente é viúvo de **J**, a qual faleceu em Hong Kong, no Hospital Queen Mary, aos 30 de Janeiro de 1994.
2. A mulher do ora recorrente era titular do domínio directo do prédio sito na Rua XXX, n.º XXX, em Macau, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º XXX, a fls. XXX do Livro XXX.
3. Mediante a intervenção de uma pessoa cuja identidade não foi possível apurar, e que se fez passar pela respectiva proprietária, foi outorgada em 24 de Novembro de 2004, no cartório da notária privada, Dr^a. **L**, uma procuração a favor do primeiro arguido, **M**, conferindo-lhe os necessários poderes para, em nome de **J**, poder vender o prédio acima identificado.
4. Tal procuração era falsa, tal como de resto ficou provado nos presentes autos.
5. Com a falsificação deste documento de especial valor, foi o prédio identificado no antecedente n.º 2 objecto de venda por parte de quem carecia de legitimidade para o fazer.
6. Os negócios jurídicos feridos de nulidade encontram-se registados na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs XXX e XXX.

7. Independentemente da sanção penal que ao caso possa caber, a venda de bens alheios é um acto juridicamente nulo (artº 882º do C.C.).
8. A Lei prevê, e consente, duas formas de obter a declaração judicial de nulidade de um acto juridicamente nulo: através de acção para o efeito intentada, ou através de declaração oficiosa por parte do Tribunal (artº 279º do C.C.).
9. Dada por provada a falsificação do documento de especial valor que permitiu a ilegal venda do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º XXX, a fls. XXX do Livro XXX, deveria o douto Tribunal a quo ter declarado, igualmente, a nulidade dos actos notariais subsequentes, designadamente as escrituras de compra e venda que o tiveram por objecto, determinando ainda o cancelamento dos registos prediais respectivos.
10. No contexto dos presentes autos, e dada a abundante prova nele produzida, não se tornava necessário que, paralelamente à acção penal em curso, tivessem os interessados que intentar (com todas as demoras, despesas e inconveniências) acção cível para obtenção da declaração judicial de nulidade das referidas compras e vendas, a qual podia, e devia, ter tido lugar no âmbito dos presentes autos.
11. Ao douto Tribunal a quo cabia ainda, por imperativo legal, ter tomado em consideração toda a prova produzida e

todos os elementos que dos autos constam, a fim de dar cumprimento à parte final do artº 279º do C.C., isto é, declarar oficiosamente a nulidade dos negócios jurídicos celebrados relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º XXX, a fls. XXX do Livro XXX, ordenando ainda o cancelamento das pertinentes inscrições.

12. O impacto que os actos criminosos tiveram na imagem das instituições públicas e do Governo, bem como no interesse público da R.A.E.M., constituem motivos adicionais – e de especial importância – para que assim se tivesse procedido, constituindo uma rápida reposição da legalidade e uma manifestação de salvaguarda dos interesses e direitos legítimos dos particulares.
13. Ao cometer a omissão que constitui objecto do presente recurso, a douda decisão recorrida violou, assim, o artº 279º do C.C. e os n.ºs 1 e 2 do artº 434º e artº 436º, ambos do C.P.C.

Neste termos, e nos mais de Direito aplicáveis que por Vossas Excelências forem doutamente supridos, deverá ser dado provimento ao presente recurso e, conseqüentemente, aditar-se ao acórdão sub judice a declaração oficiosa de nulidade dos negócios jurídicos, maxime as escrituras de compra e venda referentes ao prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º XXX, a fls. XXX do Livro XXX, celebrados em 14 de Janeiro de 2005 e 8 de Fevereiro de 2005 com base

na falsificação de documento de especial valor, determinando-se ainda o cancelamento dos registos que, sobre aquele prédio e decorrentes daquelas vendas, se encontram inscritos na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs XXX e XXX.

Em alternativa, ordenar-se ao douto Tribunal a quo proceda, no acórdão em análise, ao aditamento dessa declaração oficiosa de nulidade.

Assim decidindo, estarão Vossas Excelência fazendo, para além de boa interpretação e aplicação do Direito, administração de São Justiça.

E ao recurso do A, o Ministério Público respondeu, alegando em síntese o seguinte:

1. Verifica-se a mera irregularidade processual face à omissão de menção das conclusões contidas na contestação, e é possível de proceder à sua correcção sem influir à decisão da causa;
2. Nos autos não se verifica qualquer vício de erro notório de apreciação ou contradição insanável de fundamentação.
3. O recebimento ou não da recompensa patrimonial do recorrente não faz parte do tipo do crime de burla;
4. A falta de prova deste elemento não traz nenhuma influência negativa ao preenchimento do tipo;

5. Com efeito, trata-se de uma circunstância exterior ao tipo e é um factor com relevância ao nível de determinação do grau de culpabilidade do agente;
6. Na previsão legal, a gravidade objectiva do crime de peculato é consoante o valor patrimonial da coisa apossada pelo agente;
7. Assim, deve seguir o critério legal constante nos artigos 196º, 197º e 198º do C.P.M. para auferir a verdadeira norma aplicável;
8. Na ausência de qualquer prova concreta sobre os valores dos objectos apossados, é de funcionar o crime-base e não a sua subespécie qualificativa;
9. Assim, nada a censurar a alteração do acórdão neste precisa parte, no sentido de aplicar o n.º 2 do artº 340 em vez do seu n.º 1;
10. Tomando em conta as circunstâncias concretas do caso, nomeadamente, a quantidade dos documentos apossados pelo recorrente e a sua finalidade última, achamos por ajustada uma pena não inferior a um (1) ano de prisão;

Termos em que deve ser julgada parcialmente procedente o recurso, alterando a decisão em conformidade com tudo acima ficou dito.

E ao recurso do Ministério Público, o arguido **A** respondeu, alegando em síntese o seguinte:

1. Os actos de burla dos 1º e 2º arguidos não foram imediatamente a seguir à informação prestada pelo arguido **A**.
2. Este não lhes forneceu o instrumento do crime *tout court*, não determinou outrem à prática de actos e não teve qualquer contacto, directo ou indirecto, com os ofendidos pelo que não executou o facto constitutivo do crime de burla, nem tomou parte directa na sua execução.
3. Ainda que o **A** soubesse que os 1º e 2º arguidos tinham o projecto de burla e dolosamente os auxiliasse na prática desta, o certo é que não os acompanhou em todas as circunstâncias do crime, pelo que, nos termos do art. 26º do C.P. deve ser condenado como cúmplice.

Pelo exposto, e nos melhores de Direito doutamente supridos, deve o recurso do Ministério Público ser julgado improcedente.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto apresentou o seu douto parecer que se transcreve o seguinte:

“1 - Do recurso interposto pelo Ministério Público

Inconformando com o douto Acórdão do Tribunal Colectivo na parte respeitante à condenação dos arguidos **D** e **A**, a título de cumplicidade, pela prática dos crimes de burla, vem o Magistrado do Ministério Público interpor recurso, entendendo que os mesmos

deviam ser condenados como co-autores materiais, com a conseqüente reformulação das penas concretamente aplicadas.

Concordamos com esta posição e subscrevemos as judiciosas considerações explanadas na motivação do recurso.

O artº 25º do CPM prevê vários tipos da autoria: autoria imediata, autoria mediata, co-autoria e instigação, definindo co-autor como aquele que “tomar parte directa na execução do facto, por acordo ou juntamente com outro ou outros”.

São os dois requisitos da co-autoria: i) a existência de acordo com outro ou outros, que pode ser expresso ou tácito, bastando-se com a consciência/vontade de colaboração dos vários agentes na realização do crime; e ii) a participação directa do agente na execução do facto juntamente com aquele ou aqueles, que traduz num exercício conjunto no domínio do facto, numa contribuição objectivo para a realização, que tem a ver com a causalidade, embora possa não fazer parte da “execução” (cfr. M. Leal-Henriques e M. Santos, Código Penal de Macau anotado, pág. 78).

Por sua vez, se o agente prestar, dolosamente e por qualquer forma, auxílio material ou moral à prática por outrem de um facto doloso, é considerado como cúmplice (artº 26º do CPM).

O cúmplice somente favorece, facilita ou presta mero auxílio à execução do crime e só quando ultrapassa este limite e pratica uma parte necessária da execução da actividade criminosa é que se torna co-autor do crime.

E “o cúmplice não toma parte do domínio funcional dos actos constitutivos do crime; tem conhecimento de que favorece a prática de

um crime mas não toma dele parte e não é necessário que o agente autor do crime conheça a colaboração que lhe é prestada. De qualquer modo, a colaboração do cúmplice facilita a realização dum crime, embora não seja essencial para a realização deste” (cfr. Maia Gonçalves, Código Penal Português, 16 edição, pág. 139).

Resumindo, sendo ambas formas de participação criminosa, o co-autor distingue-se do cúmplice pela sua intervenção directa e conjunta com outrem na realização do crime e pela essencialidade da sua contribuição para a realização do crime.

Ora, face à matéria de facto considerada como assente nos autos, parece-nos que os arguidos **D** e **A** devem ser condenados como co-autores dos crimes de burla, e não como cúmplices.

Nos autos ficou provado que a intervenção do arguido **A** consistia essencialmente em, conforme o plano previamente elaborado pelos 1º e 2º arguidos com vista à apropriação de prédios ou terrenos registados em nome de outrem e aproveitando da sua qualidade de funcionário da Conservatória do Registo Predial, consultar os elementos informáticos sobre os prédios e terrenos de Macau, para apurar quais elementos registrais que não foram alterados durante muito tempo, e depois procurar no arquivo os documentos respeitantes a estes prédios ou terrenos e tomar nota dos elementos de identificação dos respectivos proprietários, fazendo com que auxiliou os 1º e 2º arguidos a escolher alvos de burla.

Resulta também dos autos que, segundo o referido plano e conforme as informações oferecidas pelo arguido **A**, os 1º e 2º arguidos conseguiram encontrar indivíduos que depois fingiram ser

proprietários dos respectivos terrenos e outorgaram, em nome destes, as procurações referidas nos autos que conferiram ao 1º arguido os poderes para vender a terceiro os terrenos em causa.

Daí é de concluir, tal como também ficou provado nos autos, que o arguido A tinha perfeito conhecimento do plano criminoso dos dois primeiros arguidos e, aderindo ao mesmo, agiu com visa à sua realização.

A intervenção e o contributo do arguido A são decisivos e essenciais para a execução dos crimes de burla, já que foi com base nos elementos por si oferecidos que os arguidos escolheram os alvos de burla e daí que conseguiram pôr em execução aquele plano criminoso.

Parece-nos que a sua intervenção não se limita no âmbito de “auxiliar” só porque foi este termo utilizado na matéria de facto provada.

E apesar de não resultar dos autos a intervenção directa do arguido A nos factos relacionados com a outorga das procurações falsas nem nos posteriores, a sua contribuição não pode por isso deixar de ser decisiva e essencial para a consumação de todo o plano criminoso.

“É co-autor e não cúmplice de um crime quem presta aos outros participantes informações indispensáveis para sua prática, com o propósito concertado da respectiva efectivação, embora posteriormente não tenha intervenção na execução material dos actos constitutivos desse crime” (cfr. Ac. RE de 5-3-1985; CJ, X, tomo 2, 297).

Sendo funcionário da Conservatória do Registo Predial que tem um fácil acesso a todas as informações registrais dos prédios e

terrenos de Macau, o papel desempenhado pelo arguido **A** não podia ser substituído por qualquer outro, face à especificidade verificada no caso vertente quanto aos crimes de burla.

Salvo o devido respeito, dos elementos apurados nos autos não resulta uma prestação de mero auxílio à execução do crime; o que está provado é mais do que isto: o arguido **A** tomou uma parte necessária na realização da actividade criminosa.

O mesmo se pode dizer em relação ao arguido **D** que, sendo um dos dois sócios da companhia (sendo o outro sócio o 1º arguido) que se afigurava como comprador dos terrenos, acompanhou o indivíduo que fingiu ser proprietário do terreno a deslocar-se ao escritório da notária privada onde declarou, na qualidade de abonador, a identidade do referido proprietário falso, assinando as respectivas procurações, bem sabendo a falsidade do respectivo facto.

Mesmo não intervindo, noutro caso, no testemunho da outorga das procurações falsas, arranjou as testemunhas, como pagamento das remunerações, para o mesmo efeito.

E fez tudo para auxiliar a realização do plano elaborado pelos dois primeiros arguidos.

Face à matéria de facto provada nos autos, parece-nos que, tendo em consideração a sua participação directa na outorga das procurações falsas e a finalidade visada pela tal actuação, o arguido **D** não se limitou a prestar mera ajuda ou auxílio (de carácter acessório), mas sim teve participação directa na prática dos factos ilícitos, executando por si e conjuntamente com os outros arguidos os factos que integram os crimes de burla.

Estamos perante uma situação em que foi feita uma distribuição das tarefas entre os vários arguidos intervenientes e cada um desempenhava o seu papel com vista à execução do conjunto de actividades ilícitas.

“Elaborado um plano criminoso entre vários indivíduos e distribuídas as tarefas, a co-autoria não depende da participação em todas essas tarefas ou actos tendentes ao resultado final, já que basta que a actuação de cada um, embora parcial, seja elemento componente de todo e indispensável à produção do resultado” (Ac. STJ de 17-11-1994, proc. 47231/3^a, Maia Gonçalves, Código Penal Português, pág. 137).

Concluindo, entendemos que os arguidos **A** e **D** devem ser condenados como co-autores dos crimes de burla, com a conseqüente reformulação das penas concretas, tanto parcelares como únicas, nas medidas propostas pelo Magistrado do Ministério Público na sua motivação do recurso.

2 - Do recurso interposto pelo arguido **A**

Foram suscitadas as seguintes questões:

- A nulidade derivada da omissão dos factos alegados na contestação;
- O vício do erro notório na apreciação da prova ou da contradição insanável da fundamentação (no que tange aos crimes de burla);
- A insuficiência para a decisão da matéria de facto provada (subsunção dos factos ao tipo legal do crime de peculato); e

- A dosimetria concreta da pena aplicada.

Vejamos.

Desde logo, é verdade que no douto Acórdão ora recorrido não foram enumerados os factos alegados na contestação apresentada pelo recorrente.

No entanto, tal omissão não se configura em nenhuma situação de nulidade.

Por um lado, vigorando o princípio da legalidade na matéria em causa, a não indicação sumária das conclusões contidas na contestação, tal como é exigido pela disposição na al. d) do n.º 1 do artº 355º do CPPM, não está incluída na previsão do artº 360º do CPPM que contempla a nulidade da sentença, pelo que constitui a mera irregularidade que pode ser suprida nos termos da al. a) do n.º 1 e do n.º 2 do artº 361º do CPM, que expressamente se refere à correcção da sentença no caso em que não foi observado, ou não foi integralmente observado, o disposto no artº 355º, com excepção dos casos previstos no artº 360º.

Por outro lado, resulta do douto Acórdão recorrido que o Tribunal a quo não deixou de atender à matéria da contestação, pois fez consignar que o recorrente apresentou a contestação, cujo teor foi integralmente reproduzido (fls. 3076v dos autos) e que não ficou provados os restantes factos constantes da acusação e da contestação que se mostram incompatíveis com a matéria de facto provada.

Assim sendo, não se verifica a nulidade arguida pelo recorrente.

Invoca o recorrente a contradição entre os factos provados e não provados, alegando que o Tribunal a quo deu como não provado que ele tenha recebido qualquer recompensa pela sua participação no projecto ou plano das burlas e, ao mesmo tempo, deu como provado que o recorrente sabia perfeitamente que os 1º e 2º arguidos programaram o alvo da burla.

Salvo o devido respeito, não se vislumbra como e em que termos se verifica a invocada contradição, o que nem sequer foi melhor demonstrado pelo próprio recorrente, já que, para nós, os referidos factos não estão necessariamente ligados entre si, nem tão pouco que a consideração como provado (ou não provado) de um implica a mesma consideração sobre o outro.

Argumenta ainda o recorrente que nos autos não existem outras provas concretas sobre a sua cumplicidade, acrescentando “a nega dos arguidos presentes e o silêncio dos ausentes jamais ouvidos nos autos”.

Ora, trata-se duma questão da insuficiência da prova e não do erro notório na apreciação da prova que só ocorre “quando se retira de um facto uma conclusão inaceitável, quando se violam as regras sobre o valor da prova vinculada ou tarifada, ou quando se violam as regras da experiência ou as legis artis na apreciação da prova. E tem de ser um erro ostensivo, de tal modo evidente que não passe despercebido ao comum dos observadores”. (cfr., entre outros, Ac.s do TUI, de 30-1-2003, 15-10-2003 e 11-2-2004, respectivamente nos processos nºs 18/2002, 16/2003 e 3/2004)

No caso sub judice, não nos parece verificada alguma das situações acima referidas que consubstanciam o vício suscitado pelo recorrente.

No que tange ao crime de peculato, alega o recorrente que ele se limitou a passar certidões, fotocopiando os documentos autênticos, os quais se mantiveram nos seus lugares na Conservatória do Registo Predial.

No entanto, não foi apenas isto que ficou provado nos autos, já que resulta da factualidade apurada que o recorrente, aproveitando da sua qualidade de trabalhadora da Conservatória do Registo Predial e da facilidade de acesso aos documentos arquivados na Conservatória, se apropriou, em proveito próprio e alheio, dos documentos autênticos que servem de base para registo, pelo que foi condenado no crime de peculato p.p. pelo artº 340º do CPM.

Quanto à questão de valor desses documentos, já assiste razão ao recorrente, uma vez que não foi mencionado (e nota-se a dificuldade de apurar o seu valor, tendo em conta a sua natureza).

Daí que, ao abrigo do princípio *in dubio pro reo*, o recorrente deve ser punido com a pena prevista no n.º 2 do artº 340º, que é de prisão até 3 anos ou de multa.

Pretende o recorrente a aplicação da pena de multa ou pena de prisão de 3 meses.

Porém, face aos elementos apurados nos autos, sobretudo às finalidades ilícitas visadas pela conduta do recorrente, não nos parece que se deve dar preferência à pena de multa pois não é de concluir que

a aplicação desta possa realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

E dentro da moldura da pena de prisão e observado o disposto nos art^{os} 40^o e 65 do CPM, afigura-se-nos equilibrado fixar uma pena não inferior a 1 ano de prisão.

Finalmente e quanto à medida das penas concretamente aplicadas aos crimes de burla, achamos que não tem razão o recorrente, face à nossa posição já assumida sobre a condenação do recorrente como co-autor pela prática dos mesmos crimes.

Pelo exposto, deve ser julgado parcialmente procedente o recurso interposto pelo arguido A.

3 - Do recurso interposto pelo assistente **B**

O âmbito do recurso fica limitado à omissão que se alega verificada no douto Acórdão por se não ter declarado a nulidade dos actos notariais praticados com base na procuração falsificada nem ordenado o cancelamento dos respectivos registos na Conservatória do Registo predial relativo ao terreno de que é interessado o ora recorrente.

Salvo o devido respeito, não nos parece verificada no caso vertente a invocada omissão.

Como se sabe, a omissão de uma determinada decisão só tem lugar e tem interesse quando for devida tal decisão.

Estando em causa um processo penal, em que se deve apurar, em princípio, a responsabilidade penal do agente de crime e proceder à sua punição, determinando, se for caso disto, o pagamento da

respectiva indemnização cível decorrente da prática do crime, não caba nos presentes autos, por não ser a sede própria, pronunciar-se sobre a questão relacionada com a nulidade dos actos notariais e com o cancelamento dos respectivos registos, que deve ser resolvida na acção propriamente instaurada para o efeito.

Nota-se que o recorrente nem sequer chegou a formular o requerimento no sentido ora pretendido.

Ao Tribunal a quo não foi imposta a obrigação de tomar uma decisão sobre a pretensão do recorrente.

Daí que é de concluir pela sem razão do recorrente.

Eis o nosso parecer.”

Cumpre conhecer.

Foram colhidos os vistos dos juizes-adjuntos.

À matéria de facto, foi dada por assente a seguinte factualidade:

- O 1.º arguido E, o 2.º arguido F, juntamente com outros indivíduos não identificados, actuaram em conjunto, cada arguido tendo o seu papel na execução, com o objectivo de se apropriarem de prédios ou terrenos registados em nome de outras pessoas, por via de falsificação de procurações passadas em nome destes titulares cujo corpus era desempenhado por outros indivíduos cuja identificação foi verificado por abonação por dois abonadores ou com documento de identificação da República Popular da China.

- Conforme plano previamente acordado entre os cinco arguidos acima referenciados, o arguido **A**, aproveitando a sua profissão de ser ajudante da Conservatória do Registo Predial, durante as horas de serviços, fez pesquisa no sistema informático do serviço onde se guardava todas as informações sobre os registos dos terrenos e prédios da R.A.E.M.
- O arguido **A** assim fez para saber quais os registos cuja última alteração foi feita há já muito tempo, isto é, desde a respectiva data de registo até presente não foram feitas nenhuma outras transmissões, nomeadamente sucessão por mortes, porque os arguidos tinham a intenção de aproveitar da situação de inexistência de herdeiros dos respectivos terrenos e prédios.
- Depois de encontrar, no computador, registos úteis para os arguidos, o arguido **A** entrou no arquivo onde se guardavam os respectivos documentos de registos e tomou notas dos dados de identidade dos proprietários dos terrenos ou prédios.
- Sendo embora funcionário da 1.^a Secção da Conservatória do Registo Predial, o arguido **A** ainda podia ter acesso aos referidos documentos cujos termos corriam noutra Secção, visto que os documentos estão todos centralmente guardados no arquivo e todos os funcionários de cada secção podem ter acesso ao arquivo.

- Confrontados os dados, o arguido **A** apropriou-se, para si ou para outros arguidos, das certidões de registo predial de terrenos e prédios que entendessem úteis, (cfr. fls. 328 a 512) e documentos autênticos (cfr. fls. 512) que deviam ser guardados no arquivo da Conservatória e, estes documentos serviam de base para registo (cfr. fls. 330 a 544).
- O arguido **A** assim o fez para fazer análise das identidades dos proprietários, ajudando os 1.º e 2.º arguidos fixar o alvo de burla.
- Assim, os arguidos **E**, **F**, e **A** descobriram que os registos dos seguintes terrenos e prédios correspondiam as condições acima referidas :
 - o terreno rústico descrito sob n.º XXX, no Livro XXX, fls. XXX, situado na Taipa, na Povoação de XXX, omissa na matriz predial, inscrito em nome de **N**;
 - o terreno urbano descrito sob n.º XXX, no Livro XXX, fls. XXX, com área de 7000 m², situado na XXX, omissa na matriz predial, cujo concessionário é de nome de **O**;
 - o terreno resultante da demolição do prédio urbano, situado no n.º XXX da Rua XXX, descrito sob n.º XXX, no Livro XXX, fls. XXX, omissa na matriz predial, inscrito em nome de **J**.
- Com a sua participação no plano acima referido, o arguido **A** conseguiu a sua recompensação através dos cheques sacados pela Sociedade de Administração Predial **P**, Limitada, a favor de **Q**, esta é namorada do arguido **A**,

posteriormente, esta namorada do arguido A levantou o dinheiro e entregou-o a arguido (cfr. fls. 1699 e fls. 1712).

- Os arguidos **E** e **D** são os únicos dois sócios da Sociedade de Administração Predial **P**, Limitada, em chinês “P 物業管理有限公司” (cfr. fls. 210).
- Conforme plano previamente acordado entre os 1.º e 2.º arguidos e baseando nas informações fornecidas pelo arguido **A**, os os 1.º e 2.º arguidos conseguiram encontrar uma pessoa, cuja identidade ainda não apurada, para fingir **O**, o verdadeiro concessionário do terreno descrito sob n.º XXX.
- Assim, no dia 1 de Novembro de 2004, o arguido **E**, o arguido **D** e o arguido **G**, acompanharam o referido “**O**” fingido a deslocar-se ao cartório da notária privada R.
- Na realidade, o verdadeiro concessionário do terreno referido **O** já faleceu em 2 de Outubro de 1984 (cfr. fls. 141).
- Nesse dia, o referido “**O**” fingido conferiu, através de uma procuração, os poderes necessários para administração plena do terreno descrito sob n.º XXX ao arguido **E** (cfr. fls. 990 a 991 verso).
- Na respectiva procuração, a identidade de “**O**” fingido foi aprovada por dois testemunhas : o arguido **E** e o arguido **D**.
- Quando o arguido **G** assinou a respectiva procuração na qualidade de testemunha, ele sabia muito bem que não conhecia o referido “**O**”, não sabendo se esse indivíduo era

na realidade “O” ou não, mas o arguido G ainda o fez para ganhar a remuneração de MOP500,00 dada pelo arguido D.

- Quando o arguido D assinou a respectiva procuração na qualidade de testemunha, ele sabia muito bem que o referido “O” fingido não era a verdadeira O, mas o arguido D ainda o fez para cumprir o referido plano acordado com os outros arguidos.
- Assim, o arguido E passou a ter o poder de vender o terreno descrito sob n.º XXX a terceiro.
- No dia 24 de Novembro, perante o notário privado S, o arguido C, em representação da Sociedade de Administração Predial P Limitada, comprou o referido terreno descrito sob n.º XXX junto do procurador (ou seja, o arguido E) de O, concessionário do terreno, (cfr. fls. 36 a 39). De facto, a Sociedade de Administração Predial P Limitada, não efectuou nenhuma prestação para efeito de aquisição do referido terreno.
- Posteriormente, o arguido C pagou a respectiva SISA (cfr. fls. 2276 verso).
- Com este *modus operandi*, os arguidos conseguiram a aquisição do terreno registado em nome de O, por via de uma procuração falsificada a favor do arguido E, posteriormente, o arguido E “vendeu” o terreno aos arguidos, causando assim um prejuízo elevado ao verdadeiro proprietário do terreno descrito sob n.º XXX.

- Os 1.º e 2.º arguidos sabiam perfeitamente que não têm direito legítimo de vender o terreno a terceiro por o terreno descrito sob n.º XXX ter sido adquirido através da maneira acima referida.
- Conforme plano previamente acordado entre os 1.º e 2.º arguidos, o arguido E e o arguido F, no fim do ano de 2004, propuseram que T e U comprariam o terreno descrito sob n.º XXX.
- Para ganhar a confiança de T e de U, o arguido F aproveitou a profissão de ser engenheiro do seu irmão, ora arguido C, de ser um engenheiro da Sociedade de Administração Predial P Limitada, prometeu-lhes que o projecto sobre o terreno descrito sob n.º XXX poderia ser aprovado pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes.
- Aceite a proposta, T e U pagaram juntamente em total ao arguido E, representante da Sociedade de Administração Predial P Limitada, a quantia de HKD\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares de Hong Kong) a título de sinal.
- T pagou à Sociedade de Administração Predial P Limitada, a sua parte da quantia de HKD\$10.000.000,00 através de 3 cheques (a fls. 1456 e fls. 1464).
- U pagou à Sociedade de Administração Predial P Limitada, a sua parte da quantia de HKD\$10.000.000,00 através de 2 cheques (a fls. 1454 e fls. 1458).

- Afinal, como a procuração arranjada pelos 1.º e 2.º arguidos era falsa, **T** e **U**, por um lado, não conseguiram adquirir o terreno descrito sob n.º XXX, por outro lado, os dois perderam uma quantia total de HKD\$20.000.000,00.
- Conforme plano previamente acordado entre os 1.º e 2.º arguidos e baseando nas informações fornecidas pelo arguido **A**, os 1.º e 2.º arguido conseguiram encontrar uma pessoa, cuja identidade ainda não apurada, para fingir o verdadeiro proprietário do terreno descrito sob n.º XXX “**N**”.
- Assim, no dia 15 de Novembro de 2004, o arguido **E**, o arguido **H** e o arguido **G** acompanharam o referido “**N**” fingido a deslocar-se ao cartório da notária privada **R**.
- Nesse dia, o referido “**N**” fingido através de uma procuração conferiu os poderes necessários para administração plena do terreno descrito sob n.º XXX ao **E** (cfr. fls. 992 a 993 verso).
- Na respectiva procuração, a identidade do “**N**” fingido foi aprovada por dois testemunhas : o arguido **G** e o arguido **H**.
- Quando o arguido **G** assinou a respectiva procuração na qualidade de testemunha, ele sabia muito bem que não conhecia o referido “**N**”, não sabendo se esse indivíduo era na realidade “**N**” ou não, mas o arguido **G** ainda o fez para ganhar a remuneração de MOP500,00 dada pelo arguido **D**.
- Quando o arguido **H** assinou a respectiva procuração na qualidade de testemunha, ele sabia muito bem que não

conhecia o referido “N”, não sabendo se esse indivíduo era na realidade “N” ou não, mas o arguido H ainda o fez para ganhar a remuneração de MOP400,00 dada pelo arguido D.

- Assim, o E passou a ter o poder de vender o terreno descrito sob n.º XXX a terceiro.
- No dia 19 de Novembro, perante o notário privado R, o arguido E, na qualidade do procurador do “N”, vendeu o terreno descrito sob n.º XXX à Sociedade de Administração Predial P Limitada, que na altura foi também representada pelo arguido E (cfr. fls. 994 a 995). De facto, a Sociedade de Administração Predial P Limitada não efectuou nenhuma prestação para aquisição do referido terreno.
- Com este *modus operandi*, os 1.º e 2.º arguidos conseguiram a aquisição do terreno registado em nome de N, por via de uma procuração falsificada a favor do arguido E e este posteriormente “vendeu” o respectivo terreno a terceiro, causando assim um prejuízo elevado ao verdadeiro proprietário do terreno descrito sob n.º XXX.
- Sabendo perfeitamente que o terreno descrito sob n.º XXX foi adquirido através da maneira acima referida, os 1.º e 2.º arguidos não têm direito legítimo de vender o terreno a terceiro.
- Conforme plano previamente acordado entre os 1.º e 2.º arguidos, o arguido F, no fim de Agosto de 2004, propôs que I adquiria, por meio de contrato de “Joint-Venture” (共同投

資合約), um terreno sito na Povoação de XXX, Taipa, descrito na C.R.P. sob o n.º XXX.

- No dia 13 de Setembro de 2004, o arguido F e I elaboraram um contrato de “Joint-Venture” (共同投資合約) (cfr. fls. 1822).
- Nesse dia, I pagou ao arguido F a quantia de HKD\$700.000,00 (setecentos mil dólares de Hong Kong), a título de pagamento adiantado para o investimento (cfr. fls. 1823).
- No dia 15 de Novembro de 2004, o arguido F mostrou a I uma procuração, mentindo que essa tivesse sido outorgado pelo proprietário do referido terreno a favor do arguido E, conferindo todos os poderes de administração e de disposição relativos ao referido imóvel.
- No dia 21 de Novembro de 2004, o arguido F exibiu a I uma cópia de escritura pública de compra e venda, celebrada no cartório do Notário Privado Dr. R, segundo o conteúdo desta escritura pública, E em representação do proprietário do referido terreno N, vendeu o referido terreno à Sociedade de Administração Predial P Limitada, pelo preço de MOP5.000.000,00 (cinco milhões de patacas).
- Assim I entregou ao arguido F a quantia de HKD300.000,00 (trezentos mil dólares de Hong Kong) a título de pagamento adiantado para a aquisição do referido terreno (cfr. fls. 1824).

- No dia 24 de Novembro de 2004, foi celebrado um contrato de promessa de compra e venda do referido terreno (cfr. fls. 1825 e verso).
- Neste contrato, consta que o arguido **E** na qualidade administrador e de representante da Sociedade de Administração Predial **P** Limitada, prometeu vender o respectivo terreno a **I** e ao arguido **F**, e estes dois prometeram comprar pelo preço de HKD\$16.500.000,00 (dezasseis milhões e quinhentos mil dólares de Hong Kong), na proporção de 2/3 para **I** e 1/3 para o arguido **F**.
- Nesse dia, **I** pagou à Sociedade de Administração Predial **P** Limitada, a quantia de HKD\$3.000.000,00 (três milhões de dólares de Hong Kong) a título de sinal (cfr. fls. 1838).
- O arguido **E** recebeu a respectiva quantia e deu quitação na qualidade de representante da Sociedade de Administração Predial **P** Limitada (cfr. fls. 1838).
- Nesse dia, o arguido **E** entregou ao arguido **F** um recibo comprovativo do pagamento por parte deste último, da quantia de HKD\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares de Hong Kong), a título de sinal e da parte que cabia ao arguido **F**.
- Contudo, na realidade, entre o arguido **E** e o arguido **F**, não houve nenhuma transmissão da referida quantia de HKD\$1.500.000,00. Estes dois fizeram-no para fazer **I** acreditar em estar a fazer um negócio verdadeiro e válido.

- No dia 16 de Dezembro de 2004, **I** entregou a quantia de HKD\$1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil dólares de Hong Kong) ao arguido **F**, por este ter exibir um certidão emitido pela C.R.P. de Macau, na qual constatava que o referido imóvel já se encontrava a favor da Sociedade de Administração Predial **P** Limitada.
- Nesse dia, o arguido **F** entregou a **I** uma procuração, na qual constatava que a Sociedade de Administração Predial **P** Limitada ter conferido a **I** todos os poderes de administração e disposição do referido terreno (cfr. fls. 1827).
- No dia 21 de Dezembro de 2004, **I** entregou ao arguido **E** a quantia de HKD1.250,000,00, tendo este recebido e dado quitação.
- No dia 21 de Janeiro de 2005, conforme as cláusulas do contrato de promessa de compra e venda, **I** pagou ao arguido **E** o remanescente de HKD\$5.500,000,00 (cinco milhões e quinhentos mil dólares de Hong Kong).
- Apesar do pagamento integral do preço pela **I**, o arguido **F** usou sempre várias desculpas infundadas para não celebrar a respectiva escritura pública.
- No fim, o arguido **F** e o arguido **E** fugiram para lugar incerto, assim **I** perdeu desde então contacto com os dois arguidos, não podendo adquirir o terreno em causa.
- **I** sofreu o prejuízo total de HKD\$11.000.000,00 (onze milhões de dólares de Hong Kong).

- Conforme plano previamente acordado entre os 1.º e 2.º arguidos e baseando nas informações fornecidas pelo arguido **A**, os arguido conseguiram encontrar uma pessoa, cuja identidade ainda não apurada, para fingir a verdadeira proprietária do terreno descrito sob n.º XXX “**J**”.
- Contudo, na realidade, a verdadeira proprietária do terreno descrito sob n.º XXX “**J**” já faleceu no dia 30 de Janeiro de 1994 em Hong Kong (cfr. fls. 1027).
- Assim, no dia 24 de Novembro de 2004, o arguido **E** acompanhou a referida “**J**” fingida a deslocar-se ao cartório da notária privada **L**.
- Nesse dia, a referida “**J**” fingida através de uma procuração conferiu os poderes necessários para administração plena do terreno descrito sob n.º XXX ao arguido **E** (cfr. fls. 1170 a 1172).
- Na respectiva procuração, a identidade da “**J**” fingida foi aprovada com simples exibição do Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional da República Popular da China n.º XXX.
- Assim, o arguido **E** passou a ter o poder de vender o terreno descrito sob n.º XXX a terceiro.
- No dia 14 de Janeiro de 2005, perante a notária privada **L**, o arguido **E**, na qualidade do procurador de “**J**”, vendeu o terreno descrito sob n.º XXX a um indivíduo de nome “**V**”, portador do Bilhete de Identidade de Hong Kong n.º XXX, pelo preço de MOP1.000.000,00 (um milhão de patacas) (cfr. fls. 1168 a 1169 verso).

- Com este *modus operandi*, os 1.º e 2.º arguidos conseguiram a aquisição do terreno registado em nome de J, por via de uma procuração falsificada a favor do arguido E e este posteriormente “vendeu” o respectivo terreno a terceiro. Assim, os 1.º e 2.º arguidos conseguiram um “benefício ilegítimo”, causando assim um prejuízo consideravelmente elevado ao verdadeiro proprietário do terreno descrito sob n.º XXX.
- Com a sua participação no plano acima referido, o arguido C conseguiu a sua recompensação através de dois cheques sacados pela Sociedade Predial P Limitada a favor do seu próprio nome (cfr. fls. 1714) e outra recompensação não apurada.
- Com a sua participação no plano acima referido, o arguido F conseguiu a sua recompensação através dos cheques sacados pela Sociedade Predial P Limitada (cfr. fls. 1718 e 1725) e outra recompensação não apurada.
- Os arguidos E, F, juntamente com outros indivíduos não identificados estavam agrupados entre si, de livre vontade e perfeitamente conscientes, com intenção por todos partilhada de darem concretização a um plano, que foi engendrado por estes arguidos, todos agindo, na concretização desse projecto de forma articulada, estruturada e continuada no tempo.
- Com intenção de obter para si enriquecimento ilegítimo, por meio de engano sobre factos que astuciosamente provocou,

os 1.º e 2.º arguidos determinaram outrem à prática de actos que causem a outra pessoa, prejuízo patrimonial.

- Os 1.º, 2.º, 3.º, 6.º e 7.º arguidos falsificaram as referidas procurações com intenção de causar prejuízo a outras pessoas e à R.A.E.M., obtendo assim para si benefício ilegítimo.
- O arguido **D** tinha perfeito conhecimento sobre o plano dos 1.º e 2.º arguidos, ajudando-os deliberadamente através da falsificação da procuração para exercer os actos de burla.
- O arguido **A** tinha perfeito conhecimento sobre o plano dos 1.º e 2.º arguidos, fazendo dolorosamente análise das identidades dos proprietários, ajudando os 1.º e 2.º arguidos a fixar o alvo de burla.
- O arguido **A** era funcionário da Conservatória do Registo Predial, aproveitando a sua profissão e o acesso do arquivo da Conservatória, apropriou-se, em proveito próprio e de outra pessoa, dos documentos autênticos no arquivo que servia de base do registo para fixar o alvo da burla de terreno.
- Os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 6.º e 7.º arguidos agiram livre, deliberada e voluntariamente.
- Os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 6.º e 7.º tinham perfeito conhecimento que as suas condutas não eram permitidas.
- Na realidade, o arguido **C** recebeu um cheque sacado pela Sociedade Predial **P** Limitada, mas, este cheque foi pago ao

arguido a título de recompensação do procedimento de estudo efectuado pela Companhia de Construção e Consulta X Limitada (o arguido é sócio), a qual foi solicitado posteriormente para fazer o respectivo estudo.

- O trabalho supra citado foi procedido no gabinete da referida companhia de construção e consulta, esta companhia apresentou a solicitação de concessão do arrendamento de um terreno sito na XXX e, o respectivo plano foi apresentado à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes no dia 14 de Dezembro de 2004.
- Segundo o certidão de registo criminal, os 1.º e 2.º arguidos são primários.
- Antes de ser preso, o 3.º arguido era comerciante, auferindo mensalmente MOP10.000,00 a 20.000,00.
- O arguido é divorciado, tendo a seu cargo um filho.
- O arguido não confessou os respectivos factos, não é primário.
- Antes de ser preso, o 4.º arguido era ajudante da Conservatória do Registo Predial, o salário é de 400 índices constantes da tabela indiciaria de vencimento.
- O arguido é casado, tendo a seu cargo a sua mulher e uma filha.
- O arguido não confessou os respectivos factos, sendo primário.

- Antes de ser preso, o 5.º arguido era engenheiro, auferindo mensalmente MOP48.000,00.
- O arguido é casado, tendo a seu cargo a sua mãe e dois filhos.
- O arguido não confessou os respectivos factos, sendo primário
- Antes de ser preso, o 6.º arguido era cabeleireiro, auferindo mensalmente MOP1.500,00.
- O arguido é casado, não tendo a seu cargo a ninguém.
- O arguido confessou os respectivos factos, sendo primário
- Antes de ser preso, o 7.º arguido era bartender, auferindo mensalmente MOP6.000,00.
- O arguido é solteiro, tendo a seu cargo ao seu pai.
- O arguido confessou os respectivos factos, não sendo primário.

Factos não provados:

- Os restantes factos importantes da acusação da contestação que não correspondem aos factos provados são os seguintes :
- Com a sua participação no plano acima referido, o arguido **A** conseguiu a sua recompensação através dos cheques sacados pela Sociedade de Administração Predial **P**, Limitada, a favor de **Q**, esta é namorada do arguido **A**,

posteriormente, esta namorada do arguido **A** levantou o dinheiro e entregou-o a arguido (cfr. fls. 1699 e fls. 1712).

- Com a sua participação no plano acima referido, o arguido **C** conseguiu a sua recompensação através de dois cheques sacados pela Sociedade Predial **P** Limitada a favor do seu próprio nome (cfr. fls. 1714) e outra recompensação não apurada.
- O arguido **C** juntamente com outros indivíduos não identificados estavam agrupados entre si, de livre vontade e perfeitamente conscientes, com intenção por todos partilhada de darem concretização a um plano, que foi engendrado por este arguido, todos agindo, na concretização desse projecto de forma articulada, estruturada e continuada no tempo.
- O arguido **C** falsificou as respectivas procurações com intenção de causar prejuízo a outras pessoas e à R.A.E.M., obtendo assim para si benefício ilegítimo.
- O arguido **C** agiu livre, deliberada e voluntariamente.
- O arguido **C** tinha perfeito conhecimento que as suas condutas não eram permitidas.

Conhecendo.

Há três recursos, respectivamente interposto pelo Ministério Público, por um arguido e por um assistente.

No seu recurso, o Ministério Público impugnou a decisão respeitante à qualificação jurídica dos factos, quanto à cumplicidade dos arguidos **A** e **D**, entendendo que devem ser condenado pela prática, em co-autoria com os outros arguidos, de crimes de burla, e em consequência, ser condenados nas penas parcelares e em cúmulo jurídico em conformidade, propugnando, para o arguido **A**, na pena respectivamente de 5 anos, 4 anos e 2 anos de prisão para três crimes de burla, e para o arguido **D**, na pena respectivamente de 5 anos e 4 anos de prisão para dois crimes de burla, e em cúmulo, para o primeiro, a pena de 9 anos de prisão e para o segundo de 8 anos de prisão.

Por sua vez, no seu recurso, o arguidos **A** impugnou, em primeiro lugar, o julgamento de matéria de facto, por um lado, a nulidade processual por ter omitido quanto aos factos alegados na sua contestação, factos esses que são importantes para afastar o eventual auxílio material do recorrente aos 1º e 2º arguidos para estes praticarem, em co-autoria material, os crimes de burla; por outro lado, pelo vício de erro notório na apreciação da prova ou contradição insanável de fundamentação, por o Tribunal deus como não provado que o recorrente tenha recebido qualquer recompensa pela sua participação no projecto ou plano das burlas, através dos cheques sacados pela Sociedade Predial **P**, Limitada, e deus como provado que o recorrente sabia perfeitamente que os 1º e 2º arguidos programaram o alvo da burla; em segundo lugar, a qualificação jurídica do crime de peculato, e subsidiariamente, atacou a medida de pena dos crimes condenados.

E o assistente **B**, delimitou-se o recurso na parte em que não tinha declarado a nulidade dos actos notariais (*maxime* as escrituras de compra e venda) praticados com base na procuração falsificada, e que não tinha ordenado o cancelamento dos respectivos registos na Conservatória do Registo Predial, relativamente ao terreno resultante da demolição do prédio urbano nº XXX da Rua XXX, descrito sob nº XXX, a fl. XXX do Livro XXX.

Então vejamos, por ordem das questões por sua lógica.

1. Vício no julgamento de matéria de facto

1.1. Nulidade pela “omissão de pronúncia”

Em primeiro lugar, é de referir que o recorrente arguido **A** nem sequer indicou as disposições legais ou princípios gerais com base das quais o acórdão padecia de nulidade, de modo não se sabe com que fundamento é que imputou ao acórdão por essa nulidade.

Não obstante isto, com o que foi alegado, o recorrente pretendia invocar no fundo a falta de investigar desses factos por si articulados na sua contestação, que contende com o afastamento da eventual condenação em forma de co-autoria dos crimes de burla, vício este que se pode eventualmente integrar o vício de insuficiência da matéria de facto para a decisão previsto no artigo 400º nº 1 al. a) do Código de Processo Penal.

Tal como sempre entendemos, existe vício de insuficiência de matéria de facto quando se verifica uma lacuna na matéria de facto dado por assentes pelo Tribunal, em virtude, v.g., de falta de

investigação dos factos que lhe incumbe investigar, quer constantes da acusação, da contestação, quer por via de oficialidade.

Sendo certo, o acórdão recorrido não deixa de ter sido deficientemente elaborado, tanto na falta de narrar ou resumir o teor essencial de contestação dos arguidos (fls.2653-2661, 2703-2706) para que se permitisse alcançar o objecto do processo, como na omissão de elencar concretamente dos factos não provados constantes da contestação, apesar de ter dito “Factos não provados: os restantes factos importantes da acusação e da contestação que não correspondem aos factos provados, são concretamente seguintes: ... ”. Aqui, o acórdão referiu-se em chinês “具體如下”, que se distingue da expressão exemplificativa “nomeadamente” ou “especialmente”. Com esta expressão, parece que Tribunal pretendia exaustivamente elencar os factos não provados, mas limitou-se a elencar os restantes factos da acusação.

Porém, não obstante esta deficiência na elaboração, o Tribunal efectivamente deu como não provados os restantes factos constantes da acusação e da contestação, o que se afigura ser difícil de crer que o Tribunal não tinha efectivamente investigado os factos constantes da contestação, de modo a deixar lacuna na matéria de facto para uma decisão de direito conscienciosa, causa de nulidade pelo vício de insuficiência de matéria de facto - artigo 400º nº 2 al. a) do Código de Processo Penal, pois, independentemente dos fundamentos do recurso do Ministério Público, o Tribunal tomou uma decisão, na parte respeitante aos crimes de burla, em conformidade com o que o arguido ora recorrente pretendia (*de serem cúmplices dos crimes de burla*).

Assim sendo, independentemente da apreciação da questão levantada pelo recurso do Ministério Público que adiante se procede, por um lado, não se verifica efectivamente esta invocada “falta de pronúncia”, por outro lado, não se verifica qualquer causa de nulidade nesta parte.

1.2. Erro notório na apreciação da prova ou contradição insanável da fundamentação

Conforme o que alegou o recorrente, o que nos parece é que o recorrente pretendia invocar no fundo o vício de contradição insanável da fundamentação, pois, pôs a questão na contradição entre os factos provados e os não provados.

Como se sabe, a fundamentação relaciona-se com a fundamentação da matéria de facto ou a própria de facto como fundamento da decisão de direito. O vício consiste na contradição entre a fundamentação probatória da matéria de facto, bem como entre a matéria de facto dada como provada ou como provada e não provada. A contradição tem de se apresentar insanável ou irreduzível, ou seja, que não possa ser ultrapassada com o recurso à decisão recorrida no seu todo e às regras da experiência comum.¹

Para o recorrente, tal como acima citado, existe esse vício do julgamento de matéria de facto quando o Tribunal deu como não provado que o recorrente tenha recebido qualquer recompensa pela sua participação no projecto ou plano das burlas, através dos cheques sacados pela Sociedade Predial P, Limitada, e deu como provado que

¹ Vide, entre outros, o Acórdão do TUI de 22 de Novembro de 2000 do processo nº 17/2000.

o recorrente sabia perfeitamente que os 1º e 2º arguidos programaram o alvo da burla.

Não se percebe em que termos é que podia existir esta contradição, pois, poder-se-ia ter lugar o não conhecimento da programação do alvo de burla independentemente de o arguido receber ou não qualquer recompensa pela sua participação, ou seja, tal como disse o douto parecer do Ministério Público, “os referidos factos não estão necessariamente ligados entre si, nem tão pouco que a consideração como provado (ou não provado) de um implica a mesma consideração sobre o outro”, pois, ao dar como não provado um facto num sentido não implica que está provado no sentido contrário, ou que se sabe o que realmente aconteceu.

Assim, dá-se por não verificados quaisquer vícios no julgamento de matéria de facto.

2. Subsunção dos factos

2.1. Cumplicidade ou co-autoria

Dispõe o artigo 25º do Código Penal:

(Autoria)

É punível como autor quem executar o facto, por si ou por intermédio de outrem, ou tomar parte directa na sua execução, por acordo ou juntamente com outro ou outros, e ainda quem, dolosamente, determinar outra pessoa à prática do facto, desde que haja execução ou começo de execução.

E o artigo 26º do mesmo Código:

(Cumplicidade)

1. *É punível como cúmplice quem, dolosamente e por qualquer forma, prestar auxílio material ou moral à prática por outrem de um facto doloso.*
2. *É aplicável ao cúmplice a pena prevista para o autor, especialmente atenuada.*

Como diz o Prof. Eduardo Correia², a cumplicidade é a determinação ou auxílio a um crime que, todavia, sem aquela determinação ou auxílio teria sido também realizado, embora o fosse por modo, em tempo, lugar ou circunstâncias diversas.

O cúmplice somente favorece ou presta auxílio à execução, ficando fora do facto típico, está subordinada ao princípio da acessoriedade e pressupõe uma causalidade não essencial.³

Na cumplicidade moral não consiste na resolução de cometer o crime em cuja formação, no entanto, participam; na cumplicidade material não constituem actos de execução, mas actos de preparação ou facilitação da execução do crime.⁴

E por sua vez, a autoria ou co-autoria pressupõe uma decisão e execução conjuntas e os factos praticados por uns não podem deixar de

² Direito Criminal, 1965, II, 251.

³ Vide o acórdão neste TSI, entre outros, de 15 de Fevereiro de 2007, do processo nº 561/2006.

⁴ Cavaleiro de Ferreira, Direito Penal Português, parte geral, II, 1982, p. 140.

ser imputados aos restantes.

Também se distinguem autoria ou co-autoria material e autoria ou co-autoria moral. São autores materiais os que tomam parte directa na execução do crime ou concorreram directamente para facilitar ou preparar a execução nos casos em que, sem esse concurso, não tivesse sido cometido o crime, enquanto são autores morais os que, por violência física, ameaça, abuso de autoridade ou de poder, constrangeram outro a cometer o crime, seja ou não vencível o constrangimento, ou os que, por ajuste, promessa, ordem, pedido ou por qualquer meio fraudulento e directo, determinaram outro a cometer o crime.

Os autores só são responsáveis pelos factos objectivos comuns que são comunicáveis a todos os participes e na autoria não se comunica a culpabilidade, pois, a culpabilidade é sempre individual.⁵

Neste caso, conforme o que foram dados como provados, a intervenção dos arguidos **A** e **D** não se deixam de afigurar essenciais, isto é, determinantes da consecução dos fins fraudulentos.

Está provado que:

“- O 1.º arguido **E**, o 2.º arguido **F**, juntamente com outros indivíduos não identificados, actuaram em conjunto, cada arguido tendo o seu papel na execução, com o objectivo de se apropriarem de prédios ou terrenos registados em nome de outras pessoas, por via de falsificação de procurações

⁵ Cavaleiro de Ferreira, sup.cit, p. 112.

passadas em nome destes titulares cujo corpus era desempenhado por outros indivíduos cuja identificação foi verificado por abonação por dois abonadores ou com documento de identificação da República Popular da China.

- Conforme plano previamente acordado entre os cinco arguidos acima referenciados, o arguido **A**, aproveitando a sua profissão de ser ajudante da Conservatória do Registo Predial, durante as horas de serviços, fez pesquisa no sistema informático do serviço onde se guardava todas as informações sobre os registos dos terrenos e prédios da R.A.E.M.
- O arguido **A** assim fez para saber quais os registos cuja última alteração foi feita há já muito tempo, isto é, desde a respectiva data de registo até presente não foram feitas nenhuma outras transmissões, nomeadamente sucessão por mortes, porque os arguidos tinham a intenção de aproveitar da situação de inexistência de herdeiros dos respectivos terrenos e prédios.”

E também está provado que o arguido **A** tinha perfeito conhecimento do plano criminoso dos dois primeiros arguidos e, aderindo ao mesmo, agiu com visa à sua realização.

Daí resulta claramente que, tal como se entende no douto parecer da Digna Procurador-Adjunto, a intervenção do arguido **A** consistia essencialmente em, conforme o plano previamente elaborado pelos 1º e 2º arguidos com vista à apropriação de prédios ou terrenos registados em nome de outrem e aproveitando da sua qualidade de

funcionário da Conservatória do Registo Predial, consultar os elementos informáticos sobre os prédios e terrenos de Macau, para apurar quais elementos registrais que não foram alterados durante muito tempo, e depois procurar no arquivo os documentos respeitantes a estes prédios ou terrenos e tomar nota dos elementos de identificação dos respectivos proprietários, fazendo com que auxiliou os 1º e 2º arguidos a escolher alvos de burla.

Resulta também dos autos que, segundo o referido plano e conforme as informações oferecidas pelo arguido **A**, os 1º e 2º arguidos conseguiram encontrar indivíduos que depois fingiram ser proprietários dos respectivos terrenos e outorgaram, em nome destes, as procurações referidas nos autos que conferiram ao 1º arguido os poderes para vender a terceiro os terrenos em causa.

Podendo embora alegar que os arguidos, sem a intervenção do arguido **A**, podem solicitar junto da Conservatória a passagem das certidões dos respectivos prédios, digamos que sem a sua intervenção, os outros arguidos não conseguiu, com certeza, obter as informações de “quais elementos registrais que não foram alterados durante muito tempo, e depois procurar no arquivo os documentos respeitantes a estes prédios ou terrenos e tomar nota dos elementos de identificação dos respectivos proprietários”. A única interpretação só pode haver é que a intervenção do arguido **A** afigura-se essencial para o cometimento dos crimes de burla, integrando no plano conjunto dos arguidos e, assim é-lhe comunicável os factos na parte dos crimes de burla.

Por sua vez, na intervenção do arguido **D** é mais clara que se afigura como co-autor.

Está provado que:

- “- Conforme plano previamente acordado entre os 1.º e 2.º arguidos e baseando nas informações fornecidas pelo arguido **A**, os os 1.º e 2.º arguidos conseguiram encontrar uma pessoa, cuja identidade ainda não apurada, para fingir **O**, o verdadeiro concessionário do terreno descrito sob n.º XXX.
- Assim, no dia 1 de Novembro de 2004, o arguido **E**, o arguido **D** e o arguido **G**, acompanharam o referido “**O**” fingido a deslocar-se ao cartório da notária privada **R**.
- Na realidade, o verdadeiro concessionário do terreno referido **O** já faleceu em 2 de Outubro de 1984 (cfr. fls. 141).
- Nesse dia, o referido “**O**” fingido conferiu, através de uma procuração, os poderes necessários para administração plena do terreno descrito sob n.º XXX ao arguido **E** (cfr. fls. 990 a 991 verso).
- Na respectiva procuração, a identidade de “**O**” fingido foi aprovada por dois testemunhas : o arguido **E** e o arguido **D**.”

Basta estes factos provados, resulta também claramente haver uma participação directa na outorga das procurações falsas, na finalidade comum dos arguidos, executando por si e conjuntamente com os outros arguidos os factos que integram os crimes de burla, e ele não se limitou a prestar mera ajuda ou auxílio (de carácter acessório).

Pelo que, estamos perante uma situação em que foi feita uma distribuição das tarefas entre os vários arguidos intervenientes e cada um desempenhava o seu papel com vista à execução do conjunto de actividades ilícitas, tanto a intervenção do arguido **A** como a do arguido **D**, integra na co-autoria na prática dos crimes de burla.

Nesta conformidade, devem os arguidos **A** e **D** ser condenados pela prática, em co-autoria e na forma consumada, respectivamente:

O arguido **A**:

- de 3 crimes de burla p.p pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal.

O arguido **D**:

- de 2 crimes de burla p.p pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal.

Quanto à medida da pena, fica por apreciar após o conhecimento da seguinte questão, relativamente ao crime de peculato, com o qual efectuará, havendo de condenar, o eventual cúmulo jurídico das penas.

2.2. O crime de peculato

Nesta parte o arguido **A** entendeu que não há nos autos matéria suficiente para subsumir a sua conduta ao tipo de ilícito do art. 340º do CPM (peculato), pois, o recorrente limitou-se a anotar uns dados e a tirar certidões dos documentos arquivados e não se sabendo o valor dos objectos, o princípio de *in dubio pro reo* exige que seja um valor diminuto. E consequentemente entendeu que a pena do crime de

peculato, a proceder, vai de 1 mês a 3 anos de prisão ou multa de 10 a 360 dias e no caso concreto deverá optar-se pela pena de multa ou caso assim não se entenda pela pena de prisão de 3 meses.

Vejamos se lhe assiste razão.

Entendeu o Acórdão do tribunal *a quo* que o arguido A trabalhava na Conservatória do Registo Predial, aproveitando a sua profissão e a conveniência de ter acesso ao arquivo da mesma Conservatória, apropriou-se, em proveito próprio ou de outra pessoa, dos documentos autênticos do arquivo que serviam de base para registo, com o objective de fixar o alvo de burla dos terrenos, por isso, o arguido cometeu um crime de peculato - artigo 340º do Código Penal.

Dispõe o artigo 340º (Peculato) que:

“1. O funcionário que ilegitimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2. Se os valores ou objectos referidos no número anterior forem de valor diminuto, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

3. Se o funcionário der de empréstimo, empenhar ou, de qualquer forma, onerar valores ou objectos referidos no n.º 1, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”

O tipo legal do crime de peculato, configura uma dupla protecção: por um lado, como um crime patrimonial, tutela bens jurídicos patrimoniais, na medida em que criminaliza a apropriação ou oneração ilegítima de bens alheios; por outro, como um crime de abuso duma função pública ou equiparada, tutela a probidade e fidelidade dos funcionários para se garantir o bom andamento e a imparcialidade da administração pública, ou, por outras palavras, "intangibilidade da legalidade material da administração pública", punindo casos de abusos de cargo ou função.

Estes dois elementos terão de se relacionar entre si: assim, há abuso de função pelo facto de o agente se apropriar ou onerar bens de que tem a posse em razão das funções que exerce, violando, com esse comportamento, a relação de fidelidade pré-existente - o agente "viola os limites intrínsecos do exercício da posse que lhe foi conferida em razão do seu ofício ou serviço"⁶

Nesta conformidade, para que se verifique o delito de peculato exige o preceito penal em foco que se observem os seguintes elementos típicos, na parte que, para a situação vertente, nos interessa:⁷

1- Que o funcionário - cuja noção nos é dada pelo artigo 437 do Código Penal - se aproprie, ilicitamente, em proveito próprio, de dinheiro ou qualquer outra coisa móvel, pública ou particular;

⁶ Ac. STJ de Portugal de 12/07/2006 do processo nº 06P2032.

⁷ Ac. STJ de Portugal de 28/10/92 do processo nº 043064.

2- Que o dinheiro ou qualquer outra coisa móvel, pública ou particular, lhe tenha sido entregue, ou esteja na sua posse, ou lhe seja acessível em razão das funções que exerce; e

3- Que actue com a manifesta intenção de se apropriar do dinheiro ou qualquer outra coisa móvel, pública ou particular, bem sabendo que lhe não pertenciam, que actuava contra a vontade dos donos e que a sua actuação era punida por lei.

In casu, resulta da matéria de facto apurada, não se encontra provado o que o recorrente alegou - ele se limitou a passar certidões, fotocopiando os documentos autênticos, os quais se mantiveram nos seus lugares na Conservatória do Registo Predial -, mas sim está provado que o recorrente, aproveitando da sua qualidade de trabalhadora da Conservatória do Registo Predial e da facilidade de acesso aos documentos arquivados na Conservatória, se apropriou, em proveito próprio e alheio, dos documentos autênticos que servem de base para registo.

Com esta factualidade não seria difícil verificar os elementos constitutivos do crime, enquadrando assim os factos no crime de peculato p.p. pelo artº 340º do CPM.

Assim nesta parte improcede o recurso.

Quanto à questão de valor desses documentos, também não lhe assiste razão, apesar de que nos autos não foi apurado nem foi possível apurar o valor dos objectos subtraídos, tendo em conta a sua natureza, não se implica dever adoptar o mínimo ao seu valor.

Pois está provado que o arguido **A** tinha apropriado “as certidões de registo predial de terrenos e prédios que entendessem

úteis, (cfr. fls. 328 a 512) e documentos autênticos (cfr. fls. 512) que deviam ser guardados no arquivo da Conservatória e, estes documentos serviam de base para registo (cfr. fls. 330 a 544)”, e, sendo certo, o seu valor não se pode ser apenas o dos papeis, e o “prejuízo” da Administração também não só se limite à perda destes papeis. *Quid iuris?*

Sendo um crime de conteúdo patrimonial, e o nº 2 do artigo 340º especificou a punição deste crime pelo valor diminuta, e, pareceria ser lógica que, enquanto não for possível apurar o exacto valor do objecto subtraído (coisa móvel), tem que entender ser o valor mínimo deste tipo do crime.

Porém, este nº 2 do artigo 340º pressupõe necessariamente que o objecto do crime ser quantificável em dinheiro, se não, não faria qualquer sentido em falar do “valor diminuto”. Repara-se bem aqui, não se trata apenas da impossibilidade de apurar o montante do valor da coisa, mas sim a impossibilidade da quantificação do objecto do crime.

Por isso, enquanto não pode ser quantificado em quantia o objecto do crime, enquadra-se o facto no nº 1 deste artigo 340º, como um acto de apropriar “**qualquer coisa móvel**”.

Por outro lado, não obstante esta qualificação, tendo em conta a mera função veicular dos documentos e a sua importância na prática dos crimes de burla, pode levar à consideração na medida da pena no sentido de baixar a pena parcelar aplicada a este crime de peculato.

2.3. Medida de pena

Perante a alteração da qualificação jurídica dos factos, cumpre aplicar a pena concreta dos crimes por que os arguidos nomeadamente os arguidos **A** e **D**, quanto aos crimes de burla, em co-autoria, e o arguido quanto ao crime de peculato.

A critério do artigo 65º do Código Penal, tendo em conta todas as circunstâncias apuradas nos autos, o modo de execução de crime, o avultado prejuízo patrimonial causado aos ofendidos, a intensidade do dolo e alto grau de culpabilidade dos arguidos, o efeito negativo causado à sociedade em geral, uma vez afecta directamente o sistema legal de registo e de propriedade privada, e as respectivas tarefas distribuídas na execução dos crimes (em que, sem dúvida os arguidos **A** e **D** não ocupavam um papel tão activo e importante como os dois primeiros arguidos), afigura-se ser adequado fixar, para o arguido **A**, nas penas concretas, de 5 anos, 4 anos e 2 anos, para cada um dos crimes de burla, e para o arguido **D** nas penas concretas, 5 anos e 4 anos de prisão, para cada um dos crimes de burla.

E ainda para o arguido **A**, fixa-se para o crime de peculato na pena de 1 ano 3 meses de prisão.

Em cúmulo jurídico, condenam-se o arguido **A** na pena única de 8 anos e 6 meses de prisão, e o arguido **D** na pena de 7 anos e 3 meses de prisão.

3. O recurso do assistente

Como acima ficou relatado, o assistente ora recorrente pretendia que o Tribunal declarasse, em sede do presente processo, nula a compra e venda respeitante a si e ordenasse cancelado o respectivo registo.

Manifestamente não pode ser procedente o seu pedido.

Como se sabe, tal como se disse no douto parecer do Ministério Público, no processo penal, o que se impõe é de apurar, entre outros, a responsabilidade penal do agente de crime e proceder à sua punição, determinando, se for caso disto, o pagamento da respectiva indemnização cível pelos danos sofridos, decorrente da prática do crime.

Sendo certo, no presente caso está envolvido os factos que possam conduzir a nulidade dos actos notariais e o conseqüente cancelamento dos respectivos registos, mas, nesta sede ainda não é própria para satisfazer a pretensão do recorrente, pois, tal não pode estar no âmbito do processo penal, porque, uma vez que o prédio em causa já tinha sido vendido a terceiro, está, com certeza, em causa os direitos e interesses civis de outras partes que não possam estão presentes neste processo penal, v.g., o adquirente terceiro do prédio, que também merecem tutela legal, especialmente em sede do processo civil, e a pretendida decisão ainda deve pressupor o cumprimento do princípio, pelo menos, do contraditório, para que os interessados possam defender suficiente e adequadamente o seu direito e interesse, em sede própria.

Nem se diga que o assistente ora recorrente nem sequer tinha deduzido o pedido em conformidade com a sua pretensão, enxertado no presente processo penal.

Improcede-se assim o seu recurso.

Ponderado, resta decidir.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em:

- Conceder provimento ao recurso do Ministério Público, e em consequência, revogando a decisão que considerou ser cúmplices os arguidos **A** e **D**, condenam-se os mesmos, para o primeiro, pela prática, em co-autoria e na forma consumada, de três crimes de burla p.p. pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal, e para segundo, também, em co-autoria e na forma consumada, de dois crimes de burla p.p. pelo artigo 211º nº 1 e 4º /a, conjugando com o artigo 196º/b) do Código Penal. E em consequência, condena-se:

- O arguido **A** na pena, para os três crimes de burla, respectivamente, de 5 anos, 4 anos e 2 anos de prisão.

- O arguido **D** na pena, para os dois crimes de burla, respectivamente, de 5 anos e 4 anos de prisão.

- Conceder provimento parcial, com fundamento diverso, do recurso do arguido **A**, em consequência, condena-se o mesmo pela prática de um crime de peculato p. e p. pelo artigo 340º nº 1 do Código Penal na pena de 1 ano e 3 meses de prisão.

- Em cúmulo, condena o arguido **A** na pena única de 8 anos e 6 meses de prisão, o arguido **D** na pena única de 7 anos e 3 meses de prisão.

- Negar provimento ao recurso do assistente **B**.

- Mantém o restante decidido.

- Custas do recurso do Ministério Público e do recurso do arguido **A** por este arguido, com a taxa de justiça de 8 UC's; do recurso do assistente **B** pelo recorrente, com a taxa de justiça de 5 UC's.

Macau, RAE, aos 12 de Abril de 2007

Choi Mou Pan

João A. G. Gil de Oliveira

Lai Kin Hong

(com declaração de voto)

Processo nº 341/2006 Declaração de voto

Não acompanho o Acórdão antecedente na parte que julgou procedente o recurso pelo M. P. em relação ao arguido **D**, no sentido de passar a condenar o mesmo arguido pela prática em autoria de dois crimes de burla.

Entendo sim que é de manter a condenação em 1ª instância do mesmo arguido pela prática desses dois crimes de burla em cumplicidade.

De acordo com a matéria de facto provada, o arguido **D** é um dos

sócios da Sociedade de Administração Predial **P**, Lda., serviu-se de abonador para comprovar falsamente a identidade de um dos outorgantes da uma escritura pública de compra e venda e pagou a remuneração ao arguido **G** pelo seu contributo de ser abonador para comprovar falsamente a identidade de um dos outorgantes de uma outra escritura.

Tendo em conta a globalidade dos factos provados nos autos, aquela parte dos factos, relacionada com o arguido **D**, *de per si* não se mostra suficiente para concluir que o mesmo arguido detinha a possibilidade de dominar finalisticamente a realização dos tais crimes de burla, realizados mediante a feitura das duas escrituras, tendo limitado a sua participação a favorecer a acção dos arguidos **A**, **E** e **F**, que actuaram em co-autoria.

Portanto nessa parte não concordo e subscrevo as restantes decisões do Acórdão antecedente.

RAEM, 12ABR2007

O juiz adjunto

Lai Kin Hong